

MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato

Lorena Izá Pereira

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Historicamente, desde a *assim chamada acumulação primitiva ou originária* (MARX, 1970) a população rural tem sido violentamente desterritorializada de suas terras e obrigada a vender sua força de trabalho, não é à toa que a *acumulação primitiva* é definida como o processo de separação do trabalhador do meio de produção, neste caso a terra, a *acumulação* que possibilita a origem do capitalismo, a *acumulação originária*. Este processo não ficou clausurado no século XVI, mas foi recriado em períodos consequentes, agora não mais com o objetivo de dar a origem ao modo de produção capitalista, mas sim de garantir a sua reprodução e acumulação em outros momentos históricos. Entre crises e ascensões, o modo capitalista de produção se desenvolveu através de ciclos sistêmicos de acumulação do capital (ARRIGHI, 1996).

De modo particular, aqui nos interessa as intensas transformações que o modo capitalista de produção tem passado desde meados da segunda metade do século XX¹ e que refletem em processos atuais. Essas mudanças se iniciaram com a crise de sobreacumulação da década de 1970 (HARVEY, 2003) e intensificaram com o avanço e consolidação do neoliberalismo, aqui entendido como uma nova fase na evolução histórica do capitalismo (DUMÉNIL e LÉVY, 2014). A América Latina, particularmente, desde o final da década de 1980 e início dos anos 1990, tem sido alvo desta nova fase do capitalismo, resultando em alterações em âmbitos, sociais, econômicos e culturais de todo o subcontinente. Isto é, a América Latina tem sido configurada para atender as demandas do neoliberalismo sob a hegemonia estadunidense.

Este processo multifacetado, multiescalar e multidimensional, que repercute em todas as esferas da vida, tem impactado, especialmente, o espaço agrário latino-americano. Desde a década de 1970, no entanto com um ápice nos anos 1990, observa-se o avanço do capitalismo no campo, forte mecanização da agricultura, intensificação de cultivos geneticamente modificados e utilização de agroquímicos. Há uma alteração no modelo de desenvolvimento territorial latino-americano², este passa, cada vez mais, a atender as demandas do capital internacional, especialmente aqueles baseados nas potências

¹ Isso não significa que não consideramos que toda a história de evolução do capitalismo não seja importante e que não tenha reflexos diretos no sistema hoje instaurado, é apenas um recorte temporal.

² O avanço do neoliberalismo no campo latino-americano teve importante avanço com as ditaduras vigentes no subcontinente desde a década de 1950, mas que atingiram seu ápice durante as décadas de 1960 e 1970.

hegemônicas globais, como Estados Unidos da América e Europa, embora este modelo não seja tão novo, assim, considerando a nossa história colonial.

Este *novo paradigma* de desenvolvimento significa o aumento da exploração do trabalho, significa a desterritorialização e criminalização de camponeses, indígenas e demais comunidades tradicionais, significa a contaminação de biomas, águas e solo, significa a perda da soberania alimentar, econômica e cultural...significa a mercantilização da vida...No século XXI, em um contexto de globalização neoliberal³, ascensão do meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002) e alterações geopolíticas globais, o modo de produção capitalista pautado no neoliberalismo entra em crise, sua quarta crise estrutural desde o século XIX (DUMÉNIL e LÉVY, 2014) e o que significa a emergência de uma nova ordem social, econômica e territorial, o que Fernandes, Cassundé e Pereira (2018) tem entendido como a segunda fase neoliberal.

Em 2007/2008 vivenciamos o ápice desta crise, inaugurando o segunda fase neoliberal (FERNANDES, CASSUNDÉ e PEREIRA, 2018). A crise financeira iniciada nos Estados Unidos da América em 2007 com o colapso dos empréstimos *subprime* foi apenas o ponto de partida para uma profunda crise – em andamento desde 1970. Esta crise tomou resultados inesperados pois abalou a capacidade de crescimento e a hegemonia dos Estados Unidos da América, potência hegemônica do quatro ciclo sistêmico de acumulação do capital (ARRIGHI, 1996). Como *alternativa* para a crise há a intensificação de ajustes espaço-temporais⁴, que desde a década de 1970 são empregados porém sem êxitos (HARVEY, 2003 e 2004). A partir de 2008, intensificou-se a apropriação de terras em escala global, mas com ênfase na América Latina e África.

Isto ocorreu porque a crise de 2007/2008 gerou a necessidade de diversificação no portfólio de investimentos do capital financeiro internacional e a terra foi tomada como uma alternativa rentável, como ressaltam Fernandes, Frederico e Pereira (2019) (artigo sete deste dossiê). A corrida mundial por terras nada mais é do que a corrida por ajustes espaciais. Neste ponto cabe destacar a nossa compreensão acerca do assim chamado *land grabbing*, considerando que o mesmo tornou-se manchete (HOLT-GIMÉNEZ, 2012) e, inclusive, um termo *catch-all* (BORRAS JR e FRANCO, 2012), isto é, com ampla abordagem e significância.

³ “A ordem neoliberal internacional – conhecida como globalização neoliberal – foi imposta a todo o mundo, desde os principais países capitalistas do centro até os países menos desenvolvidos da periferia, geralmente a custo de severas crises, como Ásia e América Latina durante as décadas de 1990 e 2000” (DUMÉNIL e LÉVY, 2014, p. 19).

⁴ Segundo Harvey (2018), o capital abrange três formas de espaço-temporalidade simultaneamente, sendo: 1) tempo-espaço absoluto: “corresponde ao tempo e ao espaço do trabalho concreto, da jornada de trabalho, da fábrica e do mais-valor absoluto envolvido nas lutas em torno da extensão da jornada de trabalho” (HARVEY, 2018, p. 142); 2) tempo-espaço relativo: “tempo e espaço do mais-valor relativo, ou da produtividade e intensidade variáveis do trabalho, conforme a porosidade da jornada de trabalho e dos valores cambiantes da força de trabalho; a localização relativa, a facilidade de acesso e os meios, custos e tempos de transporte” (HARVEY, 2018, p. 142); 3) tempo-espaço relacional: “registrado conforme o trabalho abstrato se desenvolve, na medida em que o trabalho concreto se torna uma totalidade de diferentes formas de trabalho abraçando o mercado mundial” (HARVEY, 2018, p. 142).

Desde 2009 emergem diferentes abordagens sobre o *land grabbing*, de variadas áreas do conhecimento e com diversos enfoques.

Entendemos o *land grabbing* como um processo de controle do território multiescalar e multidimensional, exercido para além da aquisição de terras e do capital internacional. O *land grabbing* implica na alteração da territorialidade, alienando o território para atender as demandas do capital, geralmente externo, porém não exclusivamente. O *land grabbing* tem múltiplas dimensões, diferentes faces e envolve não apenas terras para a expansão agrícola e pecuária, mas também para a produção de energia, turismo, *green grabbing* e, especialmente, especulação com terras agrícolas, que está muito bem abordada nos artigos de Cássio Arruda Boechat, Fábio Teixeira Pitta e Carlos de Almeida Toledo (2019); Samuel Frederico e Marina Castro de Almeida (2019); Bernardo Mançano Fernandes, Samuel Frederico e Lorena Izá Pereira; Bruno Rezende Spadotto e Jaqueline Vigo Cogueto, compõem este dossiê.

Enfatizamos que o *land grabbing* deve ser compreendido como um processo e não como um fenômeno, visto que este último desde a sua origem grega remete a ideia de *simplesmente aparecer*⁵ (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001). Desde os primórdios da acumulação primitiva o *land grabbing* vem sendo (re) formulado e moldado de acordo com as ordens sociais, econômicas e também territoriais vigentes. Ou seja, o *land grabbing* não surgiu com a crise de 2007/2008, mas se constitui como um processo histórico de ajustes espaço-temporais.

É necessário destacar que a crise financeira de 2007/2008 não vem sozinha e não é a única que impulsiona o interesse global por terras. Concomitante a esta há uma crise alimentar – na nossa opinião se constitui muito mais um discurso neomalthusiano do que uma crise em si⁶ – impulsionada em partes pelo aumento da população mundial, elevação dos preços dos alimentos no mercado internacional na década de 2000 e aumento da área destinada às *commodities* flexíveis⁷ em detrimento da diminuição de cultivos alimentares, que é a realidade em que está inserido o Brasil.

Por sua vez, a ascensão de *commodities* flexíveis está relacionada com a crise energética pautada nas discussões de aquecimento global devido à emissão de gases poluentes oriundos de combustíveis fósseis, ao esgotamento gradual das fontes de petróleo e especialmente, a instabilidade política nos países que possuem reservas deste recurso.

⁵ Embora seja superado que nas ciências humanas o *fenômeno* deve ser referido a um processo e não a uma *coisa*.

⁶ Cabe destacar que há múltiplos agentes atuantes como *grabbers*. Muitas empresas utilizam deste discurso

⁷ Correspondem aquelas com múltiplos usos [alimentação, ração animal, agroenergia e etc.] logo, difícil de quantificar. Segundo Borrás Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012), as *commodities flexíveis* solucionam um desafio difícil para a agricultura: a necessidade de um portfólio diversificado de produtos para evitar o choque de preços devastadores. A ascensão destas *commodities* está estreitamente relacionada com a financeirização da agricultura, porque os múltiplos e flexíveis usos tem o potencial de mitigar o risco dos investimentos e, ao mesmo tempo, maximizar os retornos.

Neste cenário, em que a produção de energias alternativas torna-se cada vez mais estratégica, emergem os agrocombustíveis e agroenergia, no caso do Brasil materializado pela cana-de-açúcar para a produção de etanol. Sassen (2013) defende que o *land grabbing*, entendido pela autora como transações transnacionais de terras, é um processo cíclico e o que caracteriza a atual fase é, justamente, a emergência dos agrocombustíveis e da agroenergia.

Já as crises ambiental e climática, relacionadas com a crise energética, utilizam o discurso da conservação ambiental para justificar a apropriação de terras, o que é chamado pela literatura interacional de *Green Grabbing* (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012) e traduzido para o português com *Grilagem Verde* (SAUER e BORRAS JR., 2016). *Green Grabbing* parte da perspectiva da necessidade de privatizar a natureza para protegê-la, formando uma rede de interesses de controle do território pelo capital. Se antes a natureza era valorizada por aquilo que oferecia, atualmente é valorizada pela sua reposição (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012). A *Grilagem Verde* é materializada através do mercado de crédito de carbono, das práticas de ecoturismo e da privatização de recursos naturais sob a justificativa de preservá-lo.

Ao mesmo tempo, há mudanças Geopolíticas globais, como a ascensão de blocos econômicos, a título de exemplo temos os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e MICs (*Middle Income Countries*). Contudo, a principal alteração Geopolítica é a ascensão da China através da sua política de Internacionalização Produtiva, a *Going Global Strategy*, de 1999 (OLIVEIRA, 2016). A China tem influenciando nas relações comerciais e logísticas globais (McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017), ademais que provocou a configuração de uma *nova ordem mundial multipolar* (OLIVEIRA, 2016), considerando a crise nos centros econômicos tradicionais, como Estados Unidos da América, há uma queda do neoliberalismo sob a hegemonia estadunidense, já citado aqui através dos escritos de Duménil e Lévy (2014).

Com as mudanças Geopolíticas e com a convergência de múltiplas crises, as economias estão em contração e as expulsões em expansão (SASSEN 2016). Novamente há uma necessidade de ajustes espaço-temporais para garantir a acumulação do capital em momentos de crise. É neste contexto que o MATOPIBA é pensado através do papel do Estado em identificar áreas para a expansão do capital a partir do avanço da fronteira agrícola⁸. Neste sentido, dois pontos merecem destaques. Primeiramente é que o MATOPIBA não é o único exemplo de atuação do Estado no *land grabbing* e nem o único projeto que evidencia os ajustes espaço-temporais para a garantia da acumulação. Em Moçambique há o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical

⁸ A dinâmica de fronteiras dissolve as ordens sociais existentes, como sistemas de propriedade, direitos e contratos sociais (RASMUSSEN e LUND, 2018) e *abre* o território para novas formas de controle.

(ProSAVANA)⁹, muito bem abordado por Lucas Atanásio Catsossa no último artigo desde dossiê e que evidencia a Geopolítica da Questão Agrária.

Em segundo, é preciso considerar que o MATOPIBA não é uma regionalização estabelecida apenas a partir de 2008, ápice da convergência de crises, mas sim resultado de um processo histórico de expansão das fronteiras nos Cerrados brasileiros, iniciado ainda na década de 1970 com a intensificação da produção de soja no sul do Brasil e consequente migração de produtores para o Oeste, a conhecida *marcha para o Oeste*¹⁰. Ademais da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1973 e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), criado em 1976 com o intuito de financiar obras de infraestrutura e pesquisas para o aumento da produtividade (McKAY, 2018).

Cabe aqui destacar acerca da heterogeneidade do próprio MATOPIBA, considerando que são quatro estados distintos, com leis estaduais específicas, características edafoclimáticas singulares e processos de formação socioespaciais únicos. Por exemplo, os trinta municípios da Bahia que compõem o MATOPIBA apresentam uma maior consolidação do agronegócio devido à expansão mais antiga na região, como ressaltado no artigo de Andréa Leme da Silva, Cláudia de Souza, Ludivine Eloy e Carlos José Sousa Passos, que compõe este dossiê. Já no sudoeste piauiense o processo de ocupação dos Cerrados iniciou ainda na década de 1970, intensificando apenas em 1990 com o início de cultivo de soja na região (REYDON e MONTEIRO, 2006), o que não é diferente das realidades do Maranhão e Tocantins.

A partir do século XXI, o interesse é voltado para a região e diferentes regionalizações são propostas, como o MAPITO, muito bem referenciada no relatório de campo apresentado neste dossiê por Francisca Pereira Vieira, Marina Conceição Leal Nóbrega e Débora Assumpção e Lima. Contudo, em 2015, a regionalização é institucionalizada, através do Decreto Presidencial n. 8.447, de 06 de maio de 2015, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agrícola do MATOPIBA e a criação de seu comitê gestor (PEREIRA e PAULI, 2016). A regionalização foi elaborada pela EMBRAPA) por meio do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), grupo permanente de trabalho de

⁹ O Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique, envolve o governo brasileiro por meio da EMBRAPA, governo japonês através da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e Ministério de Agricultura moçambicano e foi assinado em 2009. O ProSAVANA foi inspirado na cooperação entre Japão e Brasil na constituição do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), na década de 1970. O discurso do ProSAVANA é o mesmo utilizado pelo MATOPIBA, desenvolvimento e geração de empregos em ambas regiões (CALMON, 2014).

¹⁰ O Cerrado brasileiro não foi o único destino da marcha para o Oeste. Neste período intensificou-se a migração de produtores para a Região Fronteiriça Oriental do Paraguai, introduzindo o cultivo de soja no país e alterando toda a dinâmica territorial paraguaia, o que é sentido até atualmente no país. Estima-se que 35% do território paraguaio esteja sob controle – direto e indireto – de brasileiros (PEREIRA, 2018), processo que vem causando concentração fundiária e de renda, aumento da violência e criminalização de movimentos socioterritoriais, acentuação da pobreza e perda das soberanias alimentar, econômica e territorial do Paraguai.

inteligência territorial e estratégica, voltado para a temática do planejamento e do monitoramento territorial do uso e da ocupação das terras no Brasil, com ênfase na agricultura, abordados neste dossiê por Glaycon Vinícios Antunes de Souza e Mirlei Fachini.

O MATOPIBA foi oficializado com 73.173.485 hectares, sendo 23.982.346 hectares (33%) do Maranhão, 27.772.052 hectares (38%) do Tocantins, 8.204.588 hectares (11%) do Piauí e 13.214.499 hectares (18%) da Bahia, abrangendo 337 municípios. O MATOPIBA não é composto por *terras marginais*, como é abordado pelo discurso do Banco Mundial (2011), mas sim por diferentes territórios e territorialidades camponesas, quilombolas, indígenas e por dezenas de outras comunidades tradicionais que além de lutar pela terra em relação a ofensiva do capital, especialmente financeiro e especulativo, lutam pela preservação dos recursos, lutam por seus territórios de vida.

Este dossiê foi pensado justamente com o objetivo de evidenciar não apenas as estratégias de acesso e controle do MATOPIBA pelo capital (trans)nacional e financeiro, mas de mostrar as particularidades, os impactos, conflitos territoriais e, principalmente as resistências deste território tão valioso, não apenas em termos ambientais, como também de territórios imateriais. O dossiê AMTOPIBA começou a ser gestado ainda em 2015 a partir da criação de um grupo de trabalho de diferentes instituições e organizações cujo é o debate crítico acerca do avanço do agronegócio na região do MATOPIBA, bem como o apoio as populações que de algum modo são afetadas com o avanço da fronteira agrícola em áreas de Cerrado. Assim, este trabalho é resultado de um esforço coletivo que há cinco anos tem refletido sobre as dinâmicas territoriais no MATOPIBA.

Inauguramos o dossiê com o artigo intitulado *MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta*, no qual os autores Glaycon Vinícios Antunes de Souza e Mirlei Fachini Vicente Pereira introduzem a questão regional do MATOPIBA, destacando o papel do Estado brasileiro em criar e identificar regiões para o avanço do agronegócio. Souza e Pereira argumentam que o MATOPIBA enquanto região pode ser considerada uma ferramenta para o planejamento de políticas públicas que visam promoção do agronegócio e enfatizam o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) por meio do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) neste processo. Destacamos aqui a interessante (e necessária) abordagem geográfica dos autores, que destacam a região e a regionalização como ferramentas do Estado para a promoção de um modelo pautado nos interesses do agronegócio, abordagem essa pouco utilizada na Geografia e nas pesquisas sobre MATOPIBA.

Em seguida, Juscelino Eudâmicas Bezerra e Cíntia Lima Gonzaga nos contemplam com o artigo *O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas*, no qual o objetivo é analisar a conformação de um discurso regional acerca do MATOPIBA através da representação política no poder legislativo federal. Bezerra e Gonzaga utilizam

como procedimentos metodológicos a análise das narrativas discursivas dos representantes do poder legislativo federal que foram responsáveis pelas atividades desenvolvidas no decorrer da implantação do PDA-MATOPIBA. Os autores concluem afirmando que o poder legislativo federal apresenta um discurso do MATOPIBA enquanto ferramenta de desenvolvimento regional sob a justificativa da geração de emprego e renda para a população, mas que na realidade busca promover o agronegócio, considerando todo o contexto Geopolítico, econômico e histórico que a criação do PDA-MATOPIBA está inserida.

A partir do debate entre a modernidade de colonialidade, Simony Lopes da Silva Reis e Noeli Pertile propõem no artigo *O MATOPIBA: a modernidade de a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro*, a discussão da contradição da modernidade e colonialidade presentes nas relações de territorialização do capital globalizado na região do MATOPIBA, com ênfase no Oeste do estado da Bahia, que julgamos ser a área do MATOPIBA que apresenta maior consolidação do agronegócio, em termos de temporalidade, produtividade e tecnologia empregada. Em diferentes momentos Reis e Pertile enfatizam acerca da função dos modelos hegemônicos de desenvolvimento em separar a sociedade e a natureza por meio da apropriação e mercantilização das riquezas naturais, no qual podemos recuperar o próprio entendimento do avanço do interesse global em terras relacionado a necessidade de apropriação de recursos naturais. Ademais, as autoras ainda destacam os campos de batalha ideológicos, do território imaterial, muito bem abordado em todos os artigos deste dossiê.

No artigo *“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola*, Cássio Arruda Boechat, Fábio Teixeira Pitta e Carlos de Almeida Toledo introduzem a temática de fronteiras neste dossiê, o que é indispensável para compreender o avanço do capital no MATOPIBA, considerada por muitos como a última fronteira agrícola no bioma do Cerrado. Os autores abordam as frentes pioneiras e fronteiras desde Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Leo Waibel e possuindo como base o conhecimento produzido em uma universidade situada em uma metrópole de um Estado nacional colonial. Os mesmos também realizam um resgate sobre os pioneiros do MATOPIBA desde a chegada dos *gaúchos* até imobiliárias transnacionais agrícolas e a revelação do nexos com o capital fictício, destacando que o avanço contemporâneo do capital no MATOPIBA é uma continuação do processo de colonização do território de um Estado nacional de origem colonial.

Seguindo o enfoque no capital portador de juros, Samuel Frederico e Marina Castro de Almeida, no artigo *Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA*, abordam a apropriação de terras na região do MATOPIBA a partir de relações transescalares de poder e expõem as contradições entre a lógica corporativa e camponesa de uso dos Cerrados, sobretudo no estado do Piauí. Frederico e

Almeida inserem no debate a questão escalar, que é negligenciada nos estudos sobre o *land grabbing* e entendida pelos autores como “apropriação de terras para acumulação de capital diante da conjunção de múltiplas crises: ambiental, energética, alimentar e financeira, do atual período neoliberal”. O debate sobre escala é imprescindível para a análise do interesse em terras agrícolas, considerando que este é resultado de dinâmicas e processos transescalares em interação.

No artigo *MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra*, os autores Lorena Izá Pereira e Lucas Pauli abordam o MATOPIBA a partir da fronteira da estrangeirização da terra, destacando que a dinâmica de fronteiras dissolve as ordens sociais existentes e *abre* o território para novas formas de controle. O MATOPIBA, segundo a proposta dos autores, foi delimitado como uma resposta do Estado brasileiro para atender às demandas do capital financeiro estrangeiro, alterando a territorialidade e relações sociais. Ademais, Pereira e Pauli apresentam dados de empresas do agronegócio transnacional que, de certa forma, atuam no controle do território no MATOPIBA, atualizando dados já apresentados pelos autores em artigo publicado em 2016 na Revista Campo-Território. Pereira e Pauli também analisam os conflitos territoriais no MATOPIBA a partir de conflitos por terra, água e trabalhistas, mostrando a intensificação dos conflitos de acordo com o avanço das empresas na região.

Neste mesmo caminho, Bernardo Mançano Fernandes, Samuel Frederico e Lorena Izá Pereira, com o artigo intitulado *Acumulação da renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira*, utilizam a teoria da renda da terra para analisar as formas essenciais de apropriação dos diferentes tipos de renda por empresas controladas pelo capital financeiro, particularmente internacional, em áreas de expansão da fronteira agrícola moderna no Brasil, isto é MATOPIBA. Fernandes, Frederico e Pereira evidenciam como historicamente o capital se apropria das crises para a garantir a sua acumulação. Este processo de apropriação e controle tem resultado em diferentes conflitos territoriais com comunidades camponesas, quilombolas e indígenas, que compõem a conflitualidade que revela a luta de classes nas disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento.

No artigo *Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre ambientalismo dos pobres e controle de terras pelo capital financeiro*, Bruno Rezende Spadotto e Jaqueline Vigo Coguetto, a partir de uma importante e detalhada pesquisa de campo nos cerrados piauienses, evidenciam as contradições do avanço do agronegócio financeiro e globalizado na região e os conflitos decorrentes da disputa por diferentes usos do território. Spadotto e Coguetto trazem uma importante contribuição não apenas aos estudos sobre o MATOPIBA, mas também a ciência geográfica, ao inserir no debate o par dialético conceitual de horizontalidades e verticalidades, elaborado por Milton Santos (2009).

Acompanhando a linha dos conflitos territoriais, Carlos Alberto Feliciano e Carlos Eduardo Ribeiro Rocha, com o artigo *Tocantins no contexto do MATOPIBA: territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais*, evidenciam como a corrida por terras tem afetado o estado do Tocantins, especialmente no que tange a intensificação dos conflitos territoriais e violência no campo. Feliciano e Rocha, assim como outros autores e autoras deste dossiê, mostram as contradições do discurso de desenvolvimento e modernização empregados pelo Estado brasileiro. O contexto do Tocantins é bastante particular, considerando que é o único estado que compõe o MATOPIBA que está na sua totalidade inserido na regionalização, ademais de ser o estado de origem de Kátia Abreu (PDT), ministra da agricultura no período em que o PDA MATOPIBA foi assinado.

Outra região do MATOPIBA impactada pela expansão do agronegócio são as chapadas maranhenses, no leste do estado. Estes impactos e conflitos são muito bem abordados por Juscinaldo Goes Almeida, Ronaldo Barros Sodré e José Sampaio de Mattos Júnior no artigo *O Matopiba nas Chapadas maranhenses: impactos da expansão do agronegócio na microrregião de Chapadinha*. Os autores destacam que mesmo com a extinção do departamento criado para a *promover o desenvolvimento* do MATOPIBA em 2016 e conseqüente substituição pelo programa Agro+, o avanço do agronegócio na região continua com toda a intensidade de antes. Almeida, Sodré e Mattos Júnior destacam os conflitos no campo na região do MATOPIBA no período histórico que compreende 2008 a 2016 e evidenciam que em 2015, a partir da institucionalização do PDA MATOPIBA, o número de conflitos aumentam exponencialmente, onde o Maranhão é o estado que apresenta o maior número de conflitos territoriais registrados.

Ainda no tocante do Maranhão, Raifran Adidimar de Castro, com o artigo intitulado *Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais*, objetiva demonstrar como as comunidades rurais maranhenses resistem às estratégias de dominação e territorialização das grandes corporações empresariais, dedicando-se a análise das empresas transnacionais Vale S.A. (mineração) e Suzano Papel e Celulose S.A. (monocultivo de eucalipto para a extração da celulose) nos municípios de Açailândia e Cidelândia. Ambas as empresas são neoextrativistas, pois são atividades orientadas para o monocultivo e extração, geralmente com alto grau de tecnificação, mas com pouco ou nenhum processamento e com destino a exportação (GUDYNAS, 2009). Mesmo com o Estado brasileiro apoiando com políticas públicas de incentivos fiscais e desenvolvimento de infraestruturas, especialmente logísticas para a região, o campesinato maranhense tem resistido a esse processo. Castro nos mostra a disputa entre terra, para o capital transnacional e território, para as comunidades camponesas que resistem a ofensiva do capital no campo maranhenses.

Marcos Leandro Mondardo e José Roberto Nunes de Azevedo no artigo *MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistência das populações tradicionais* analisam os conflitos e contradições na expansão territorial do agronegócio globalizado em MATOPIBA sob o *slogan* publicitário o “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Mondardo e Azevedo enfatizam a dominação das terras e águas pelo agronegócio, ao mesmo tempo em que analisam as resistências das populações tradicionais, tanto na luta contra a desterritorialização, quanto na luta para a proteção dos seus recursos naturais, dos seus modos de vida, evidenciando mais uma vez a disputa entre terra e território. O artigo em questão, assim como os demais deste dossiê, sublinha as contradições de um modelo que se coloca como promotor de desenvolvimento, mas que na realidade tem acentuado a pobreza, a violência e concentração fundiária e de renda.

Em uma perspectiva ambiental, Andréa Leme da Silva, Cláudia de Souza, Ludivine Eloy e Carlos José Sousa Passos, por meio do artigo *Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia*, introduzem no debate as contradições entre o avanço do agronegócio no Cerrado e a criação de áreas de proteção do bioma, processos que ocorrem simultaneamente e que evidenciam o papel contraditório do Estado. O principal objetivo de Silva, Souza, Eloy e Passos é evidenciar como as normas ambientais facilitam ou restringem o avanço do agronegócio possuindo como recorte territorial de análise o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Veredas no oeste do estado da Bahia, porção do MATOPIBA em que o agronegócio é mais consolidado. Os autores concluem afirmando que a descentralização das normas ambientais na Bahia tem culminado em uma flexibilização do licenciamento ambiental e do acesso aos recursos hídricos especialmente pelo agronegócio. Destacamos que o oeste baiano apresenta diferentes conflitos por água, como o caso emblemático de Correntina em novembro de 2017 (PEREIRA, BUSCIOLI, ORIGUÉLA, SOBREIRO FILHO e FERNANDES, 2017).

No artigo *Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba*, os autores Arilson Favareto, Louise Nakagawa, Suzana Kleeb, Paulo Seifer e Marcos Pó, nos apresentam evidências que permitem contestar o discurso hegemônico do agronegócio onde desmatamento representaria um custo inerente ao progresso econômico e social do MATOPIBA, compreendendo os impactos deste processo contraditório e excludente. Destacamos a meticolosa pesquisa de campo realizada pelos autores em 14 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde foram construídas 150 entrevistas que permitiram os resultados apresentados neste artigo. Favareto, Nakagawa, Kleeb, Seifer e Pó concluem afirmando que “não há um progresso social genuíno, a não ser em uns poucos lugares e para poucos segmentos”, como já foi mostrado em diferentes artigos deste dossiê.

Ainda na seção de artigos, Lucas Atanásio Catsossa traz uma excelente contribuição com o artigo intitulado *ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária mundial na contemporaneidade*. Catsossa realiza uma análise transescalar das transformações socioterritoriais em curso no Corredor de Nacala, região de implantação do ProSAVANA, em Moçambique e MATOPIBA. Ambas as regiões foram delimitadas pelo Estado – no caso do Corredor de Nacala pelos Estados moçambicano, brasileiro e japonês – para atender as demandas de ajustes espaciais do capital internacional. Este artigo nos permite analisar diferentes questões, tais como o papel da EMBRAPA através da Inteligência Territorial Estratégica; os discursos de cooperação Sul-Sul, muito presente nas relações internacionais brasileiras a partir da década de 2000; diferentes agentes que atuam neste processo de controle e resistências camponesas frente ao avanço avassalador do agronegócio. Este artigo permite um valioso debate em torno da Geopolítica da Questão Agrária.

Finalizamos o dossiê com o relatório de campo de autoria de Francisca Pereira Vieira, Marina Conceição Leal Nóbrega e Débora Assumpção e Lima, intitulado *Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de luta e sementes de resistência*. O relatório expõe uma conversa com Dona Francisca, da Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, em Buriti do Tocantins, município localizado no Bico do Papagaio, região histórica de luta pela terra e traz para o debate a importância da mulher no campo. Dona Francisca nos presenteia com um incrível relato de sua história de vida não apenas sobre o avanço do agronegócio e papel do Estado no MATOPIBA, como também da resistência, da luta e do pertencimento.

Os artigos que compõem este dossiê perpassam por diferentes áreas e enfoques, desde o avanço do capital fictício na agricultura, passando pelos conflitos territoriais até as resistências, sempre promovendo reflexões e discussões críticas a respeito do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, do conseqüente avanço do agronegócio (trans)nacional e impactos multiescalares e multidimensionais em toda a região. A natureza diversa destas pesquisas evidenciam a multidimensionalidade das estratégias dos distintos agentes – empresas (trans)nacionais, fundos de investimentos, latifundiários, grileiros e elite política – guiados por um objetivo em comum: garantir a acumulação de capital por meio da promoção do agronegócio.

Ademais as experiências aqui relatadas também evidenciam a amplitude de formas de lutas e resistências, que nos permite afirmar que o MATOPIBA mais do que um território de expansão do capital, é um território de esperança¹¹, conquistado e construído por diferentes histórias de vida de variados sujeitos territorializados na região. Finalizamos esta

¹¹ Conceito defendido por Emilia de Rodat Moreira e Ivan Targino (2007, p. 77), compreendido como “aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem-terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa”.

apresentação com a fala da Dona Francisca sobre o MATOPIBA apresentada no relatório de campo que compõe este dossiê: *“é um projeto que não vai acabar só a mata, vai acabar é com a vida, acabar é com o povo, e também não é só a vida das zonas rurais que vai morrer (...) gente fica pensando muitas horas como é que vai barrar isso, mas a gente pensa, a gente sabe que é lutando!”*

Desejamos a todos (as) uma ótima leitura e resistência sempre!

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. Londres: Verso, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington D.C.: The World Bank, 2011.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2012.

BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.

CALMON, Daniela Pessoa de Góes. **As faces ocultas do PROSAVANA: uma discussão sobre o subimperialismo, dependência e desenvolvimento**. 2014, 182 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 02, 237-261, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CASSUNDÉ, José Ricardo; PEIREIRA, Lorena Izá. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na Chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 533-548, 2018.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. Centro Andino de Acción Popular (CAAP)/Centro Latinoamericano de Ecología Social (CLAES) (Org.). **Extractivismo, Política y Sociedad**. Quito: CAAP/ CLAES, 187-225, 2009.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. O ‘novo’ imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

_____. **A loucura da razão econômica – Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Land grabs versus land sovereignty. **Food First Backgrounder**, n. 18, v. 4, p. 01-03, 2012.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARX, Karl. **Capital I: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

McKAY, Ben; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BRENT, Zoe; SAUER, Sérgio; XU, Yunan. China and Latin America: towards a new consensus of resource control? **Third World Quarterly**, v. 11, n. 1, p. 01-20, 2017.

McKAY, Ben. **Extractivismo agrário: dinâmicas de poder, acumulación y exclusión en Bolivia**. La Paz: Fundación Tierra, 2018.

MOREIRA, Emilia de Rodat; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**, ano 10, n. 10, p. 72-92, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. The geopolitics of Brazilian soybeans. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 348-372, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA. **Campo Território**, edição especial, v. 11, n. 23, p. 196-224, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá; BUSCIOLI, Lara Dalperio; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; SOBREIRO FILHO, José. Disputas territoriais em Correntina – BA: territorialização do agronegócio, resistência popular e o debate paradigmático. **Boletim DATALUTA**, n. 118, p. 02-09 out. 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 64-89, 2018.

REYDON, Bastiaan Philip; MONTEIRO, Maria de Socorro Lira. A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária. REYDON, Bastiaan Philip; CORNÉLIO, Francisca Neide Maemura (Org.). **Mercados de Terras no Brasil - Estrutura e Dinâmica**. Brasília: NEAD, 2006, p. 95-121.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

_____. **Expulsões - Brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.